



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

REQUERIMENTO Nº / 2019 (Do Senhor Augusto Coutinho)

Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços para discutir a retomada das obras de construção da Ferrovia Transnordestina nos Estados do Piauí, Ceará e Pernambuco.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para a realização da supracitada Audiência Pública, requeiro a presença dos seguintes convidados:

- [i] Tarcísio Gomes de Freitas – Ministro da Infraestrutura;
- [ii] Mario Rodrigues Junior – Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; e,
- [iii] Representante da Transnordestina Logística S.A.

Justificativa

Iniciada há mais de 10 anos, a Ferrovia Transnordestina, com 1.753 quilômetros de extensão, foi projetada para ligar Eliseu Martins, no Piauí, em direção aos portos de Pecém, no Ceará, e Suape, em Pernambuco, com o objetivo de elevar a competitividade da produção agrícola e mineral, por meio de uma logística eficiente que contribua com o desenvolvimento de toda a região Nordeste.

Entretanto, com previsão de término inicialmente prevista para 2010, a construção da ferrovia foi sucessivamente adiada até 2027, com um custo considerável de R\$ 6,3 bilhões para atingir apenas 52% da obra.

Ocorre que essa construção se encontra paralisada desde 2016 e, recentemente foi amplamente veiculado pelos meios de comunicação que a mesma será retomada devido a um acordo que vem sendo costurado entre o Governo Federal e a Transnordestina Logística S.A.

Registro que em 2017, fui relator da Comissão Externa que acompanhou *in loco* a situação das obras da Transnordestina e que buscou identificar as providências necessárias para retomada da execução do projeto. No ano seguinte, em 2018, tive a oportunidade de apresentar o Relatório Final da

Comissão para a equipe de transição do governo Bolsonaro no qual destacamos o flagrante descompasso entre o orçamento previsto e os custos para a execução física da obra.

Nesse sentido, merece atenção a quantia que a empresa cogita investir no início desta nova fase, menos de R\$ 300 milhões, enquanto a previsão para sua conclusão é de R\$ 6 bilhões de reais. Não seria uma quantia irrisória perto da importância de uma obra de tamanho porte?

Contudo, o que me preocupa também, nobres Colegas, é a situação de desvantagem em que se encontra o meu estado de Pernambuco, visto que 150 quilômetros do trecho final do empreendimento, que vai de Belém de Maria, na Mata do Sul, ao Porto de Suape, ainda não possui o necessário licenciamento ambiental.

Por fim, para que possamos compreender todas as questões acerca do andamento deste novo acordo e na certeza de contar com o apoio dos nobres Pares, submeto a essa Comissão o presente requerimento de audiência pública para aprovação.

Augusto Coutinho
Deputado Federal (SOLIDARIEDADE/PE)